



Executivo

Lewandowski aceita convite de Lula e será o novo ministro da Justiça

— Magistrado aposentado do STF se reuniu com o presidente no Alvorada; nome mais cotado para a secretaria executiva da pasta é o do jurista Manoel Carlos de Almeida Neto

VERA ROSA
BRASÍLIA

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski é o novo ministro da Justiça e da Segurança Pública. Lewandowski aceitou o convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para substituir Flávio Dino, que em fevereiro assumirá uma cadeira no Supremo.

Dino e o magistrado aposentado se reuniram com Lula na noite de ontem no Palácio da Alvorada. A nomeação deve ser anunciada hoje, em reunião prevista para 11 horas, no Palácio do Planalto.

Com a saída de Dino e a entrada de Lewandowski, o Ministério da Justiça deverá ter uma atuação mais discreta. Em conversas reservadas, aliados de Lula afirmam que o ex-presidente do STF não tem o mesmo perfil de enfrentamento de Dino, que protagonizou vários confrontos com apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Congresso.

Embora Lula tenha cogitado recriar o Ministério da Segurança, uma promessa de campanha, a ideia não foi adiante. A separação foi considerada muito delicada porque estruturas como a da Polícia Federal e a da Polícia Rodoviária Federal (PRF), por exemplo, teriam de sair da alçada da Justiça.

Além disso, apesar de pesquisas indicarem que a criminalidade e o tráfico de drogas estão na lista dos maiores problemas do País, Lula avaliou que a separação acabaria jogando todo o problema da segu-

rança pública para o Executivo federal. Pela Constituição, a segurança é de responsabilidade de governadores.

NÚMERO 2. O nome mais cotado para ocupar a secretaria executiva do Ministério da Justiça é o do jurista Manoel Carlos de Almeida Neto. Lewandowski queria que Almeida Neto fosse indicado por Lula para ocupar a sua vaga no Supremo, quando ele se aposentou, em abril do ano passado. À época, porém, o presidente preferiu nomear Cristiano Zanin, que foi seu advogado durante a Operação Lava Jato.

Lewandowski vem conversando com Lula desde o início da semana, mas havia pedido um tempo para definir o segundo escalão. Até a noite de ontem, ele, Dino e Lula ainda estavam discutindo qual seria o destino do atual secretário executivo da pasta, Ricardo Cappelletti.

Desde que assumiu a intervenção da segurança pública no Distrito Federal, após a tentativa de golpe de 8 de janeiro do ano passado, Cappelletti ganhou destaque. Ele também comandou várias reuniões de monitoramento da operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que foi decretada em novembro do ano passado em portos e aeroportos, no Rio.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, continuará à frente da corporação, mas o atual secretário nacional de Segurança, Tadeu Alencar — que foi indicado por Dino —, deixará o posto.

Dino vai se desfilial do PSB para assumir a vaga de Rosa



Substituto de Dino, Lewandowski deverá impor uma atuação mais discreta ao Ministério da Justiça

Weber no Supremo. O PSB tem no governo o vice-presidente Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e o titular do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França.

Os secretários Augusto de Arruda Botelho (Justiça) e Ênio Vaz (Assuntos Legislativos) também são filiados ao PSB e até a noite de ontem não se sabia se permaneceriam na equipe. Da cota do PT, o secretário do Consumidor, Wadih Damous, deve ficar no mesmo cargo.

Como mostrou o **Estadão**, ministros do STF foram avisados nos últimos dias pelo Planalto que Lewandowski iria assumir a pasta da Justiça. ●

Para lembrar

Amigo do petista desde os anos 1970

Amizade

Ricardo Lewandowski conheceu Luiz Inácio Lula da Silva na época em que o petista era sindicalista, na década de 1970, em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista

Indicação para o STF

Em 2006, o então presidente Lula o indicou para uma cadeira no Supremo Tribunal Federal. Na época, Lewandowski era desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ele tomou posse na Corte e passou a ocupar a cadeira deixada por Carlos Velloso

Histórico

Lewandowski ocupou a presidência do STF de 2014 a 2016. Em 2016, conduziu a sessão do impeachment de Dilma Rousseff. À época, ele ajudou a construir o acordo para Dilma não perder os direitos políticos, mesmo cassada. Foi, ainda, ministro do Tribunal Superior Eleitoral — comandou a Corte de 2010 a 2012

Aposentadoria

Em março do ano passado, Lewandowski participou de sua última sessão plenária no Supremo e anunciou sua saída do tribunal para o dia 11 de abril. Em 11 de maio, completou 75 anos, idade em que a aposentadoria de um ministro da Corte é compulsória

Defesa

Marinha entrega submarino Humaitá

RAY ANDERSON GUERRA
RIO

A Marinha vai entregar amanhã o segundo submarino construído pelo Programa de Desenvolvimento de Submarinos

(Prosub) — iniciativa que teve origem em acordo firmado com a França, em 2008, no segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A participação do chefe do Executivo na cerimônia estava prevista, mas foi cancelada ontem.

Desenvolvido para a construção das embarcações, o Prosub utiliza da transferência de tecnologia entre os países para o desenvolvimento de quatro submarinos convencionais da classe da embarcação francesa Scorpène e a fabricação do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear, com conclusão prevista para 2029 e lançamento para 2033. O projeto está sendo colocado em prática no Complexo Naval de Itaguaí (RJ).

O Humaitá tem 72 metros de comprimento e capacidade de

deslocamento de 1,8 mil toneladas. A embarcação é o segundo dos quatro submersíveis comprados do estaleiro DCNS e financiados pelo banco BNP Paribas, ambos franceses. O primeiro da classe entregue foi o submarino Riachuelo, em 2022.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) participou da solenidade de uma das etapas da construção do submarino Humaitá. Após o batismo, em 2020, o submarino Humaitá passou por mais de um ano de construção e aprimoramento

de seu interior.

Depois dos quatro submarinos convencionais, a Marinha prevê a construção do submarino a propulsão nuclear. “Para o Brasil, esse programa representa uma significativa ampliação da capacidade de dissuasão e defesa da Amazônia Azul, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento de nossa base industrial de defesa”, disse o almirante Petrônio Aguiar, diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha. ●